


CÂMARA MUNICIPAL		
 <p>IPATINGA</p>	ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE ÓRGÃO : ASSESSORIA TÉCNICA	DATA 20/01/2025

Horário: 08:30

Tipo de Proposição:

- (X) Substitutivo ao Projeto de Lei nº 03/2025 () Projeto de Resolução
- () Emenda nº..... () Emenda à Lei Orgânica nº
- () Veto ao PI nº.....
- () Outros.....

Comissão(ões) para Parecer:

- (X) Legislação, Justiça e Redação
- (X) Finanças, Orçamento e Tomada de Contas
- (X) Saúde Pública, Trabalho e Bem-Estar Social
- () Urbanismo, Transporte, Trânsito e Meio Ambiente
- () Controle da Execução Orçamentária e Financeira do Município
- () Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
- () Direitos Humanos, Cidadania e de Defesa das Pessoas com Deficiência
- () Abastecimento, Indústria, Comércio, Agropecuária e Defesa do Consumidor
- () Comissão Especial

Conclusão do Parecer:

- () Constitucional (X) Inconstitucional () Diligência
- () Manutenção do Veto () Rejeição do Veto

Outras considerações, se necessário .

A Comissão de Saúde Pública, Trabalho e Bem-estar Social votou pela realização de Diligência ao Projeto.

Assinaturas:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nivaldo Antônio da Silva

Nivaldo Antônio da Silva

Presidente

Greston S

Greston Henrique de Souza

Nivaldo Antônio da Silva


Adiel O

Adiel O

Adiel Fernandes de Oliveira
Relator

João Francisco Bastos

Edmilson C LEONARDO C Fernando C

CÂMARA MUNICIPAL		
	ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO PERMANENTE	DATA 20/01/2025
	ÓRGÃO : ASSESSORIA TÉCNICA	

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Adiel O

Adiel Fernandes de Oliveira
Presidente

Ednilson C

Ednilson Emerique Caldeira
Vice-Presidente

João Francisco Bastos

João Francisco Bastos
Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL

LEONARDO S

Leonardo Campos Silva
Presidente

Fernando C

Fernando Ferreira de Castro
Vice-Presidente

Avelino C

Avelino Ribeiro da Cruz
Relator

RECEBEMOS
Secretaria Geral - CMI

RECEBIDO NA SECRETARIA GERAL POR EM ___/___/___

Mauro Antonio da Silva

Adiel O

Gregório S

João Francisco Bastos

Ednilson C LEONARDO S Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PARECER AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 003/2025

I - RELATÓRIO

De iniciativa do Vereador **Mateus Lima Braga**, vem a exame desta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que *"Institui a internação involuntária como política pública de tratamento de dependentes químicos em situação de rua no município de Ipatinga"*.

Este é o relatório, passemos para a fundamentação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Carta Magna delimita o poder de iniciativa legislativa ao dispor sobre a competência para iniciativa do processo legislativo em matérias de iniciativa reservada, indicando expressamente seus titulares, de forma que, se iniciada por titular diferente do indicado pela CF/88, o ato restará inválido.

Observa-se que o projeto de lei vergastado, ao instituir a Internação Involuntária de Dependentes Químicos

Mateus Lima Braga

Adriano O

Gustavo S

João Francisco Bastos

Edmilson C LEONARDO C Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

em situação de rua no Município de Ipatinga, está criando norma que invade a competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, pois regula matéria atinente à proteção da saúde.

Assim, é patente a ofensa ao pacto federativo, consolidado mediante a distribuição de competências aos entes federativos pela Constituição Federal. Como é cediço, "a repartição de competências é considerada como um dos elementos essenciais ao federalismo e sua caracterização efetiva." (André Ramos Tavares. Curso de Direito Constitucional. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1.151).

A Constituição Federal define como competência concorrente o poder de legislar sobre a matéria, de modo que não podem os Municípios, mediante usurpação de competência constitucionalmente definida, dispor sobre o tema.

Com efeito, conforme dispõem os dispositivos constitucionais federais supratranscritos, compete à União, concorrentemente com Estados e Distrito Federal, legislar sobre proteção e defesa da saúde.

E, como é cediço, nos termos do artigo 30 da Constituição Federal, compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Heitor Antonio da Silva

Adriano O

Gustavo S

João Francisco Bastos

Edmilson C LEONARDO C Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Assim, o Município apenas poderia legislar sobre o assunto caso demonstrasse o interesse local, isso é, peculiaridades circunscritas ao território municipal que demandassem a edição de regras particulares, aplicáveis apenas em âmbito local.

Entretanto, não demonstrou a existência de peculiaridades locais que demandassem a existência de regras específicas ligadas às hipóteses e ao procedimento aplicável à internação compulsória de dependentes químicos, apenas copiou o texto da lei federal.

E mais: existe regulamentação federal a respeito do assunto. A Lei Federal n. 13.840/19, que a lei ora impugnada pretende regulamentar e dispõe "sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas", alterou a Lei n. 13.343/06, a Lei Antidrogas, que passou a assim determinar, no que interessa à presente fundamentação:

[...]

§ 1º Caberá à União dispor sobre os protocolos técnicos de tratamento, em âmbito nacional.

Mauro Antonio de Silva

Adriano O

Gustavo S

João Francisco Bastos

Edmilson C LEONARDO C Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º A internação de dependentes de drogas somente será realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, dotados de equipes multidisciplinares e deverá ser obrigatoriamente autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento no qual se dará a internação.

§ 3º São considerados 2 (dois) tipos de internação:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do dependente de drogas;

II - internação involuntária: aquela que se dá, sem o consentimento do dependente, a pedido de familiar ou do responsável legal ou, na absoluta falta deste, de servidor público da área de saúde, da assistência social ou dos órgãos públicos integrantes do Sisnad, com exceção de servidores da área de segurança pública, que constate a existência de motivos que justifiquem a medida.

(...)

§ 5º A internação involuntária:

I - deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável;

II - será indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde;

III - perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;

IV - a família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento.

§ 6º A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

Mauro Antonio da Silva

Adriano O

Gustavo S

João Francisco Bastos

Edmilson C LEONARDO C Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 7º Todas as internações e altas de que trata esta Lei deverão ser informadas, em, no máximo, de 72 (setenta e duas) horas, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização, por meio de sistema informatizado único, na forma do regulamento desta Lei.

§ 8º É garantido o sigilo das informações disponíveis no sistema referido no § 7º e o acesso será permitido apenas às pessoas autorizadas a conhecê-las, sob pena de responsabilidade.

§ 9º É vedada a realização de qualquer modalidade de internação nas comunidades terapêuticas acolhedoras. § 10. O planejamento e a execução do projeto terapêutico individual deverão observar, no que couber, o previsto na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Art. 67-A. Os gestores e entidades que recebam recursos públicos para execução das políticas sobre drogas deverão garantir o acesso às suas instalações, à documentação e a todos os elementos necessários à efetiva fiscalização pelos órgãos competentes.

Observando esta legislação acima colacionada podemos concluir de forma clara que o projeto de lei simplesmente copiou alguns artigos da legislação federal não trazendo nenhuma demonstração de interesse local, ao qual poderia se vislumbrar uma possibilidade de ser legislar sobre o assunto.

Além disso, determinou que o Poder Executivo regulamentasse a lei em 90 (noventa) dias. Esse ponto merece

Mauro Antonio da Silva

Adriano O

Gustavo S

João Francisco Bastos

Edmilson C LEONARDO C Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

destaque pois tema que não poderia deixar de destacar é a violação do legislativo na seara do Executivo.

Como destacamos acima, nem o Executivo Municipal tem competência para legislar sobre o assunto da internação involuntária, apenas se demonstrasse o interesse local. Ainda mais o vereador, pois tal projeto cria diversas normativas que afetam diretamente a gestão municipal, além de criar despesa sem a devida fonte de custeio.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, estas Comissões se manifestam pela rejeição do projeto de lei do ponto de vista de sua legalidade e constitucionalidade, remetendo ao Plenário a decisão quanto ao mérito.

Plenário Elísio Felipe Reyder, 20 de janeiro de 2025.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Mauro Antonio da Silva

Adriano O

Gustavo S

João Francisco Bastos

Edmirson C LEONARDO C Fernando C



CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Nivaldo Antônio da Silva

Nivaldo Antônio da Silva
PRESIDENTE

Greston S

Greston Henrique de Souza
VICE-PRESIDENTE

Adiel O

Adiel Fernandes de oliveira
RELATOR

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Adiel O

Adiel Fernandes de oliveira
PRESIDENTE

Ednilson C

Ednilson Emerique Caldeira
VICE-PRESIDENTE

João Francisco Bastos

João Francisco Bastos
RELATOR

Página de assinaturas



Ednilson Caldeira
786.937.646-91
Signatário



Avelino Cruz
982.096.806-25
Signatário



Fernando Castro
862.453.846-72
Signatário



LEONARDO SILVA
032.064.426-05
Signatário



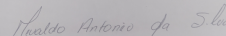
Adiel Oliveira
459.433.466-00
Signatário



Greston Souza
075.333.596-40
Signatário



Joao Bastos
802.472.107-49
Signatário



Nivaldo Silva
975.944.236-15
Signatário

RECEBEMOS









Secretaria Geral - CAM

Secretaria Geral



034.247.546-09
Recipiente

HISTÓRICO

- 20 jan 2025** 11:27:18  **Karina Dias Lage** criou este documento. (Email: karinalage@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 032.058.076-85)
- 20 jan 2025** 16:18:35  **Nivaldo Antônio da Silva** (Email: ver.nivaldo@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 975.944.236-15) visualizou este documento por meio do IP 177.23.31.119 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 16:18:39  **Nivaldo Antônio da Silva** (Email: ver.nivaldo@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 975.944.236-15) assinou este documento por meio do IP 177.23.31.119 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 12:21:44  **Adiel Fernandes de Oliveira** (Email: ver.adiel@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 459.433.466-00) visualizou este documento por meio do IP 177.23.29.111 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 12:21:46  **Adiel Fernandes de Oliveira** (Email: ver.adiel@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 459.433.466-00) assinou este documento por meio do IP 177.23.29.111 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 12:45:32  **Greston Henrique de Souza** (Email: ver.guequim@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 075.333.596-40) assinou este documento por meio do IP 38.156.0.65 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 16:17:44  **Joao Francisco Bastos** (Email: ver.chiquinho@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 802.472.107-49) visualizou este documento por meio do IP 152.255.106.42 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 16:17:52  **Joao Francisco Bastos** (Email: ver.chiquinho@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 802.472.107-49) assinou este documento por meio do IP 152.255.106.42 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:31:36  **Ednilson Emerique Caldeira** (Email: ver.majorednilson@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 786.937.646-91) visualizou este documento por meio do IP 38.156.0.65 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:31:50  **Ednilson Emerique Caldeira** (Email: ver.majorednilson@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 786.937.646-91) assinou este documento por meio do IP 38.156.0.65 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:34:04  **LEONARDO CAMPOS SILVA** (Email: ver.leofermeiro@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 032.064.426-05) visualizou este documento por meio do IP 152.255.118.89 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:34:15  **LEONARDO CAMPOS SILVA** (Email: ver.leofermeiro@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 032.064.426-05) assinou este documento por meio do IP 152.255.118.89 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:33:40  **Avelino Ribeiro da Cruz** (Email: ver.avelino@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 982.096.806-25) visualizou este documento por meio do IP 177.23.31.119 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:33:43  **Avelino Ribeiro da Cruz** (Email: ver.avelino@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 982.096.806-25) assinou este documento por meio do IP 177.23.31.119 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil
- 20 jan 2025** 11:34:13  **Fernando Castro** (Email: pastorfernandocastro@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 862.453.846-72) assinou este documento por meio do IP 38.156.0.65 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil



20 jan 2025
18:31:21



Secretaria Geral (Email: secgeral@camaraipatinga.mg.gov.br, CPF: 034.247.546-09) acusou recebimento este documento por meio do IP 38.156.0.65 localizado em Ipatinga - Minas Gerais - Brazil

